

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.601.223 - SP (2019/0307479-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : APARECIDA CRISOSTOMO DE MELO
ADVOGADOS : FABIANA MELO DO NASCIMENTO - SP249025
CLAYTON BRITO CORREIA DOS SANTOS E OUTRO(S) - SP294982
AGRAVADO : ODONTOPREV S/A
ADVOGADO : FLÁVIA MANSUR MURAD SCHAAL E OUTRO(S) - SP138057

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos (art. 1.042 do CPC/2015) interposto contra decisão (e-STJ fls. 221/222) que inadmitiu o recurso especial em virtude de: (a) inexistência de violação dos arts. 1.022 do CPC/2015, 14, § 1º, e 27 do CDC, 186 e 927, parágrafo único, do CC/2002 e (b) impossibilidade de análise de matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 171):

INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS Plano odontológico Negativa de autorização de tratamento à autora Sentença de parcial procedência que condenou a requerida, operadora, a indenizar o valor do tratamento realizado na autora por profissional particular Insurgência da autora INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – Prescrição reconhecida na sentença Alegação de aplicação do prazo quinquenal, previsto no art. 27 do CDC Descabimento Defeito por fato do serviço não evidenciada Aplicação do prazo previsto no art. 206, § 3º, V, do CC, bem aplicado pela decisão recorrida HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA Juízo que fixou a verba honorária devida ao patrono da autora sobre o valor da indenização por dano material (R\$.2.830,00) Proveito econômico irrisório que impõe o arbitramento por equidade Honorários advocatícios refixados em R\$.1.000,00 RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 184/186).

No recurso especial (e-STJ fls. 189/201), interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da CF, a parte recorrente alegou violação dos seguintes dispositivos legais:

(a) art. 1.022 do CPC/2015, sustentando negativa de prestação jurisdicional quanto aos arts. 14, § 1º, e 27 do CDC,

(b) art. 14, § 1º, do CDC, apontando falha na prestação do serviço "haja vista os lançamentos de serviços não prestados em sua guia/prontuário" (e-STJ fl. 197),

(c) art. 27 do CDC, afirmando a prescrição quinquenal à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço, e

(d) arts. 186 e 927, parágrafo único, do CC/2002, aduzindo que "deverá a ODONTOPREV ser condenada em dano moral, haja vista que a recusa indevida da recorrida em autorizar o tratamento prescrito pelo dentista YASUHIRO MIYAZAKI à recorrente, além de lhe ter agravado o incômodo/desconforto na região bucal, desrespeitando, portanto, o princípio da dignidade da pessoa humana, ocasionou-lhe angústia/intranquilidade, pelo que teve

que contratar os serviços do dentista RAFAEL DORNELAS" (e-STJ fl. 200).

No agravo (e-STJ fls. 225/239), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

A parte recorrida não apresentou contraminuta (e-STJ fl. 242).

É o relatório.

Decido.

Com relação à afronta ao art. 1.022 do CPC/2015, importa esclarecer que os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

A matéria controvertida foi adequadamente julgada, ainda que contrariamente aos interesses da parte. Não há, portanto, omissão alguma a ser sanada.

Cabe destacar, quanto ao mérito, tratar-se de demanda objetivando o ressarcimento do valor desembolsado com o tratamento odontológico, bem como indenização por danos morais.

O Tribunal de origem, à luz das provas dos autos, concluiu (e-STJ fl. 174):

Ora, impossível se acolher a tese de defeito na prestação do serviço, pela requerida, por fato do serviço, quando a própria autora mal explica a utilização de seu plano de saúde por seu companheiro, à época, e que teria causado a negativa de autorização do atendimento pretendido.

Desta forma, mantenho a declaração de prescrição da pretensão de indenização por danos morais. Como bem pontuado na sentença:

“Não sendo aqui ventilada questão própria de fato do serviço, vale dizer, que envolva a segurança dos serviços odontológicos prestados, mas simplesmente negativa de atendimento, não se insere a matéria na regra do art. 27 do CDC, mas na regra geral do art. 206, parágrafo terceiro, V do CC, que trata do ressarcimento por responsabilização civil.

A suposta negativa de atendimento gerou danos morais de imediato, o que se deu, pela réplica, nos idos de agosto de 2014, matéria incontroversa, devendo a demanda ter sido proposta até agosto de 2017, o que não foi respeitado pela parte autora, nos moldes do art.

189 do CC.”.

Assim, considerando a fundamentação do acórdão objeto do recurso especial, afastando a falha na prestação de serviço e declarando a prescrição da pretensão de indenização por danos morais, os argumentos utilizados pela parte recorrente somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula n. 7/STJ.

Diante do exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 20% (vinte por cento) o valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Deferida a gratuidade da justiça na instância de origem, deve ser observada a

Superior Tribunal de Justiça

regra do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator